



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado ORLANDO SILVA**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº de 2017**

Requer ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, informações sobre a consulta publica para alterar a composição, as eleições e atribuições do Comitê Gestor da Internet, de forma unilateral.

Senhor Presidente

Como fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho requerer a Vossa Excelência que seja encaminhado ao senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, informações sobre a consulta publica para alterar a composição, as eleições e atribuições do Comitê Gestor da Internet – CGI.br, de forma unilateral e sem qualquer dialogo prévio no interior no próprio CGI.br, quebrando com a multissetorialidade que marca os debates sobre a internet e sua governança no Brasil.

Composto por representantes do governo, do setor privado, da sociedade civil e por especialistas técnicos e acadêmicos, o CGI.br é, desde sua criação, em 1995, responsável por estabelecer as normas e procedimentos para o uso e desenvolvimento da rede no Brasil. Referência internacional de governança multissetorial da Internet, o Comitê teve seu papel fortalecido após a promulgação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e de seu decreto regulamentador, que estabelece que cabe ao órgão definir as diretrizes para todos os temas relacionados ao setor. A partir de então, o CGI.br passou a ser alvo de disputa e grande interesse do setor privado.

Ao publicar uma consulta para alterar significativamente o modelo do Comitê Gestor de forma unilateral e sem qualquer diálogo prévio no interior do próprio CGI.br, o Governo passa por cima da lei e quebra com a multissetorialidade que marca os debates sobre a Internet e sua governança no Brasil.

Nesse sentido, considerando o que estabelece o Marco Civil da Internet, o caráter multissetorial do CGI e também o momento político que o país atravessa, é questionável que um processo diretamente relacionado à governança da Internet seja travestido de consulta pública sem que as linhas orientadoras para sua revisão tenham sido debatidas antes, internamente, pelo próprio CGI.br, assim questiona se:

- 1) Qual o objetivo do MCTIC com a consulta pública que foi publicada no dia XX?

- 2) Considerando que o CGI.br já tinha reunião agendada para o próximo dia 18 de agosto, por que o MCTIC não propôs a realização da consulta ao próprio Comitê Gestor antes de torná-la pública?
- 3) O ex-coordenador do CGI.br, Maximiliano Martinhão, deu diversas declarações públicas dizendo que setores do empresariado não representados no Comitê Gestor estavam pressionando o governo para terem assentos no órgão. Que setores são estes?
- 4) Qual o posicionamento do governo federal acerca desses pleitos?
- 5) Em que sentido o MCTIC considera que a composição do CGI.br deva ser alterada?
- 6) e acerca das atribuições e formato de eleições do CGI.br, qual a posição do MCTIC?
- 7) Considerando que tanto conselheiros do CGI.br quanto organizações da sociedade civil já demandaram o cancelamento da atual consulta pública, para que outra, previamente debatida pelo Comitê Gestor da Internet, seja realizada em seu lugar, o MCTIC considera a possibilidade de suspensão da consulta pública em andamento?

Sala das Sessões em 15 de agosto de 2017

**ORLANDO SILVA  
PCdoB /SP**